



Comunicado ao Mercado

Brasília, 04 de março de 2026

O BRB – Banco de Brasília S.A. (“BRB” ou “Companhia”), em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/2021 e em resposta ao Ofício nº 85/2026/CVM/SEP/GEA-1, vem prestar esclarecimentos acerca de notícias veiculadas pela imprensa sob os títulos “Presidente do BRB cita pressão por privatização e pede socorro estatal” (Folha de São Paulo) e “Presidente diz que, sem socorro, banco para de funcionar” (O Estado de São Paulo).

BRASÍLIA - O presidente do BRB (Banco de Brasília), Nelson Antônio de Souza, afirmou na manhã desta segunda-feira (2) a deputados do Distrito Federal que existe pressão externa pela privatização do banco, mas descartou essa opção e defendeu a aprovação do projeto de socorro à instituição desenhado pelo governo de Ibaneis Rocha (MDB).

[...]

Segundo Souza, sem aval à proposta do governo do Distrito Federal, haverá imediata interrupção de transferência de renda dos programas sociais operados pelo banco, paralisação do sistema de bilhetes do transporte público do DF e suspensão de operações de crédito imobiliário, além de interrupção de operações de crédito para produtores rurais, micro e pequenas empresas e para servidores do governo do Distrito Federal.

[...]

O presidente do BRB afirmou que uma das opções é a criação de um fundo imobiliário com as propriedades oferecidas pelo governo do Distrito Federal. De acordo com Souza, existem tratativas avançadas para venda de cotas desse fundo. Os imóveis foram avaliados em R\$ 6,486 bilhões, conforme estimativa apresentada na reunião por representantes da Terracap, responsável pela gestão das terras públicas do Distrito Federal. O valor do conjunto de imóveis não consta no projeto de lei. Souza afirmou também que o plano de capitalização do BRB engloba, entre as alternativas, a venda de uma de suas subsidiárias. Com a venda da Financeira BRB, que tem crédito consignado e financiamento de veículos como principais produtos, o banco espera obter R\$ 1,1 bilhão. Como mostrou a Folha, o tema foi levado a representantes do Banco Central em reuniões recentes. Segundo o chefe do banco, os ativos oriundos do Master, no valor de R\$ 21,9 bilhões, ainda não foram vendidos.

xxxxxxx

Após a reunião, o presidente do BRB afirmou à imprensa que, com o rombo deixado pelo Master, a provisão necessária no banco é de R\$ 8,8 bilhões - valor máximo que a instituição já havia solicitado -, com um aporte de capital pelo governo do DF, controlador do banco, de R\$ 6,6 bilhões. A injeção de recursos depende de aprovação da Câmara Legislativa. O menu de opções para capitalizar o BRB e dar liquidez ao banco, segundo Souza, inclui um empréstimo com o Fundo Garantir de Créditos (FGC) e outros bancos, lançamento de um fundo imobiliário com imóveis do DF e um FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) com ativos do Master comprados pelo BRB.

As reportagens mencionam declarações atribuídas ao Presidente do BRB, no contexto de reuniões com parlamentares distritais, bem como fazem referência a hipóteses e alternativas avaliadas pela Companhia e/ou pelo acionista controlador. A Companhia esclarece que tais matérias reproduzem informações de conhecimento público, porém não constituem anúncio de decisão, aprovação societária, operação concluída, compromisso vinculante ou efeitos imediatos para a Companhia.

Conforme já manifestado publicamente, a privatização do BRB não integra a agenda da administração neste momento. Não há processo formal instaurado, proposta submetida aos órgãos competentes, tampouco deliberação societária. Assim, o tema não configura, na presente data, Fato Relevante nos termos da Resolução CVM nº 44/2021.

As menções na imprensa a eventuais impactos sobre serviços públicos administrados ou apoiados pelo BRB ocorreram no contexto de cenários hipotéticos. O BRB segue operando normalmente, com monitoramento contínuo de capital, liquidez e riscos, em conformidade com a regulamentação aplicável. Não houve decisão que altere a regularidade das operações da Companhia. Dessa forma, não há, neste momento, ato ou fato enquadrável como Fato Relevante.

Os cenários envolvendo estruturas com ativos imobiliários, fundos de investimento, operações de *funding* (inclusive com o FGC) e desinvestimentos (ex.: eventual alienação de participação em subsidiária) são hipóteses em estudo, usuais no curso ordinário dos negócios bancários. Não há aprovação pelos órgãos competentes, assinatura de instrumentos vinculantes, definição de termos e condições, ou impactos imediatos. Caso alguma alternativa evolua para decisão formal, a Companhia fará a divulgação devida e tempestiva.

Os montantes noticiados pela mídia (ex.: valores de eventuais provisões, aportes, avaliações de ativos ou receitas esperadas) não refletem, por si, decisões da administração ou condições finais de qualquer operação. Tais números decorrem de reportagens e/ou estimativas contextuais e não constituem deliberação societária ou informação definitiva da Companhia. Valores finais, quando houver, serão comunicados nos canais oficiais, conforme o caso.

Qualquer alternativa que venha a ser eventualmente aprovada observará a legislação e a regulação aplicáveis, com deliberações dos órgãos societários competentes e divulgação simultânea e tempestiva ao mercado, nos termos da Resolução CVM nº 44/2021. As informações oficiais do BRB permanecem disponíveis nos canais regulatórios e no site de Relações com Investidores (RI).

O BRB reafirma seu compromisso com a transparência, a governança e a prestação tempestiva de informações ao mercado. A Companhia manterá seus acionistas, investidores e o público informados caso venha a ocorrer qualquer fato enquadrável nos critérios de relevância previstos na Resolução CVM nº 44/2021.

BRB - Banco de Brasília S.A.

Antônio José Barreto de Araújo Júnior
Diretor Executivo de Finanças e Controladoria
Diretor de Relações com Investidores

Iure Cavalcante Oliveira
Gerente de Relações com Investidores

E-mail: ri@brb.com.br
Website: <http://ri.brb.com.br>